

Educação e Juventude: um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá)

ARAÚJO, Denise Pereira de.
Universidade Federal de Mato Grosso.
dedearaujo87@yahoo.com.br.
PIBIC/CNPq

MORGADO, Maria Aparecida.
Universidade Federal de Mato Grosso.
morgadom@terra.com.br
Orientadora

Eixo Temático: Educação

Este estudo integra o Projeto de Pesquisa “Estado e Sociedade na Educação da Juventude: iniciativas da sociedade civil e propostas governamentais”, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Educação, Jovens e Democracia”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Grupo desenvolve pesquisas com o intuito de investigar a relação da juventude com a educação e a democracia.

Desde meados do século XX, os jovens têm visibilidade acadêmica e midiática, conforme Morgado e Motta (2006). Também é cada vez maior o número de estudiosos interessados na trajetória e nos rumos desse setor da população na faixa etária entre 15 a 24, conforme IBGE¹ (1996).

A partir da investigação de aspectos da juventude, em geral, a Educação Superior e, em particular, as bolsas de assistência e de pesquisa oferecidas e suas vinculações com o Movimento Estudantil, o estudo objetiva delinear perfis pessoal, acadêmico e político de estudantes da UFMT que dependem da assistência estudantil para assegurar sua permanência na Universidade.

O foco da pesquisa foi os acadêmicos incluídos na Bolsa Moradia Estudantil, uma das ações que garante alojamento na Casa do Estudante Universitário (CEU) durante o período do curso de graduação. Procurou-se analisar a diferença entre os perfis dos sujeitos a partir de sua ocupação extra-classe – seja bolsista ou estagiário – bem como a influência dessa ocupação para sua formação pessoal, acadêmica e política.

O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Artigo seguinte prevê a igualdade de acesso ao ensino bem como a permanência na escola (Art. 206, I), o que também é expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/1996.

Contudo, sabe-se que não existe igualdade de acesso e permanência no ensino a toda população interessada, uma vez que o sistema educacional atende às demandas do capital, por ser um meio da classe dominante passar sua ideologia.

Mészáros ao conceituar “internalização” como a interiorização individual do conhecimento, ou seja, do saber que interessa a manutenção da ordem social vigente para, além de ditar as normas de conduta, conseguir fazê-la sem parecer autoritarismo ou algo semelhante, afirma:

Enquanto a *internalização* conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas), posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (MÉSZÁROS, 2005, *apud* OLIVEIRA).

O sistema educacional é elitizado, falho e excludente, todavia a educação não deixa de ter “por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente” (BACKX, 2006: 122), como diz Backx. Alves complementa: “A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania”.

Morgado e Motta (2006) sobre as alternativas educacionais questionam:

Qual é o projeto da educação brasileira para a educação das gerações mais novas? Permissivas na aparência, despóticas na raiz, o que suas instituições têm feito quando as pretensas intervenções educativas falham? Nos anos 1950, apelou-se para a moral e os bons costumes piedosos. Depois, apelou-se para o psicólogo. Isso, na classe média. Das camadas empobrecidas e miseráveis sempre se soube o destino social: não houve projeto civilizatório que as incluísse (p.22).

Eis a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, “reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso”, conforme Alves.

Em 1997, o FONAPRACE² divulgou uma pesquisa amostral do perfil sócio-econômico e cultural de estudantes de graduação feita nas 44 das 52 IFES. Seguindo a categorização sócio-econômica da ABIPEME³, classificou cinco estratos sociais e obteve como resultado: 13% de estudantes no estrato A; 43% em B; 31% no C; 10% em D; e no E, 3% (aproximadamente). Desses, a demanda dos programas assistenciais é os alunos das categorias C, D e E, isto é, em torno de 44%.

Portanto realizar ações que garantam a permanência dos estudantes, em sua maioria jovens (75,18%), torna-se extremamente necessário. Ações essas relacionadas com alimentação, moradia, saúde, trabalho, transporte, cultura. Para o FONAPRACE (1997) “torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a Comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem a função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes”. Nesse sentido a assistência estudantil é compreendida como um investimento e precisa tornar-se uma política nacional.

O estudo orientou-se pela perspectiva qualitativa. Fez-se o levantamento de bibliografias sobre a temática, seguida do estudo das mesmas. Também houve coleta de dados por meio de documentos produzidos pelo Movimento Estudantil, da década de 1980 e 1990.

Foi necessária a consulta de documentos dos moradores e acompanhamento do processo de seleção dos bolsistas na PROVIVAS – órgão responsável por gerir a assistência estudantil. Além de visitas aos quatro espaços onde funcionam as CEU's.

Os estudantes moradores da CEU recebem o auxílio alimentação, isto é, recurso financeiro suficiente para as refeições no Restaurante Universitário. Os sujeitos da pesquisa escolhidos foram: três rapazes e uma moça, totalizando quatro. Um bolsista da

² Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), criado em 1987, com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante.

³ O critério Abipeme sucede a um outro preconizado pela Associação Brasileira de Anunciantes - o critério ABA - e foi desenvolvido pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado com as mesmas finalidades do anterior, ou seja, dividir a população em categorias segundo padrões ou potenciais de consumo. Como o anterior, esse critério cria uma escala ou classificação socioeconômica por intermédio da atribuição de pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico, além do nível de escolaridade do chefe de família. A classificação socioeconômica da população é apresentada por meio de cinco classes, denominadas A, B, C, D e E correspondendo, respectivamente, a uma pontuação determinada. (<http://www.ufrn.br/sites/fonaprace>).

Permanência, um do Projeto Conexões de Saberes, e dois do PIBIC⁴, sendo que um deles também já foi aluno-estagiário.

A Bolsa Permanência “visa proporcionar atividades remuneradas aos estudantes, mediante o exercício de atividades de natureza unicamente acadêmica, cultural, técnica e artística no âmbito da UFMT, de modo a apoiar a sua permanência na Universidade” (Art. 2º; CONSUNI 11/05).

O Projeto Conexões de Saberes incentiva o protagonismo de jovens estudantes de camadas populares e estimula ações coletivas nas comunidades populares também. Essas duas formas de bolsa estão para graduandos de baixa renda, comprovadamente.

O PIBIC não tem o fator da renda como critério. Seu intuito é formar pesquisadores, para isso é necessário docentes pesquisadores selecionarem os estudantes interessados e com perfil para pesquisa. O PIBIC é um programa supervisionado pelo CNPq e administrado institucionalmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEQ).

Realizou-se a entrevista semi-estruturada com os sujeitos, para posteriormente comparar os perfis desses jovens, que se mantêm com diferentes tipos de bolsa intra-institucional. Para a identificação dos sujeitos, utilizaram-se nomes fictícios: Ana, 24 anos, bolsista do PIBIC e ex-estagiária; Elias, 21 anos, bolsista do PIBIC; Francisco, 22 anos, bolsista do projeto Conexões de Saberes; João, 24 anos, bolsista Permanência.

Na UFMT a assistência ao estudante constitui-se em ações desenvolvidas pela CARE⁵: Restaurante Universitário, Moradia Estudantil, Bolsas (Permanência, Conexões de Saberes, Estágio), Auxílio Alimentação, Auxílio Evento, dentre outros suportes acadêmicos.

A bolsa Moradia Estudantil foi conquista do Movimento Estudantil. Segundo registro histórico dos estudantes, no início dos anos de 1980, um grupo expressivo de universitários, de variados cursos, ocupou espaços dentro do *campus* para chamar a atenção da necessidade de um alojamento estudantil. Após várias tentativas de despejo desses grupos, a UFMT alugou uma casa no bairro (classe média) ao lado da instituição para transferi-la. Por meio de muitas manifestações e invasões, o Movimento Estudantil conseguiu a construção da Casa do Estudante – masculina – num outro bairro vizinho (classe média alta), em 1992, com capacidade para 36 pessoas.

⁴ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica.

⁵ Coordenação de Articulação com os Estudantes de Graduação e Pós-Graduação, inserida na PROVIVAS

No intuito de regulamentar e oficializar o vínculo institucional das moradias estudantis da UFMT, no final de 1992 foi elaborado o regimento geral das moradias durante a o I Seminário sobre Moradia Estudantil da UFMT, uma promoção conjunta dos estudantes moradores, órgãos de representação estudantil (DCE⁶ e CA⁷'s) e a coordenação responsável pela assistência ao estudante. O regimento foi aprovado pelo CONSUNI, em reunião realizada no mês de abril de 1993.

Presentemente existem duas CEU's masculinas na UFMT (uma construída em 1992 e outra improvisada dentro do espaço universitário), com 45 vagas no total; duas casas femininas alugadas pela universidade, que somam 25 vagas.

Os critérios para a seleção, julgados pelo Conselho de Moradia, são os seguintes: não residir na Grande Cuiabá; ter a renda familiar baixa (classe popular). Vale observar: em um universo de, aproximadamente, doze mil estudantes no *campus* são ofertadas apenas 70 acomodações dentre as CEU's.

Para milhares de estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na Universidade e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão. Uma vez que sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade, deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma discriminação no mínimo contraditória. (FONAPRACE, 2000).

Apesar de não terem a preocupação de pagar contas de água, energia elétrica, aluguel, esses estudantes necessitam de dinheiro para sobreviver: comprar materiais escolares, livros, apostilas, além de alimentos, vestimentas e até para o lazer. Para tanto, a maioria procura uma bolsa intra-institucional. Nos casos estudados, as bolsas Permanência, Iniciação Científica e Conexões de Saberes.

O João tem 24 anos, cristão-evangélico, participante do movimento estudantil. “Enquanto eu tô aqui vou lutar pela universidade, eu tenho dever com ela”, durante toda a entrevista ele se referiu à importância da luta pelos direitos estudantis e pela educação e responsabiliza-se por isso. É bolsista da Permanência, pois ao entrar na CEU automaticamente o morador pode receber essa bolsa, se assim quiser. João disse que, no seu caso, desenvolve pesquisa: escreve e publica seus estudos. Quanto à contribuição da bolsa para seu desempenho acadêmico, afirma contribuir bastante pelo fato das leituras para a pesquisa ir ao encontro de seu curso e por ter aprendido se disciplinar para os estudos.

⁶ Diretório Central dos Estudantes.

⁷ Centro Acadêmico.

Elias, 21 anos, ex-integrante do DCE, já foi do CA de seu curso e afirma que “... atualmente, a grande função e a grande utilidade do movimento estudantil tem que ter é a questão de tá articulando os estudantes pra voltar a ampliar, digamos assim, o senso crítico que eu acho que hoje em dia as pessoas não dão muito valor”.

A partir da sua entrada na CEU, ele passou a estudar mais para, também, aumentar seu coeficiente de rendimento, um dos critérios, na época, para seleção do PIBIC. Ele começou como VIC por um ano, depois a orientadora cadastrou-o como PIBIC, no qual desenvolve sua própria pesquisa. Já envolvido há três anos com pesquisa, fala que a importância da bolsa para sua formação acadêmica é:

“... pra quem pretende fazer um mestrado é crucial. Inclusive, muitos locais fazem exigência hoje, antes de você entrar em um curso de pós-graduação, que você tenha experiência na área de pesquisa. [...] então quer dizer, já to quebrando essa etapa. [...] eu encaro até como um preparo assim, porque a gente trabalha bastante assim. Às vezes, as pessoas têm a imagem de que o bolsista num faz muita coisa, mas nossa senhora, como a gente trabalha” (Elias).

Ana, 24 anos, cristão-evangélica, diz ser uma militante ativa em prol das questões da CEU. Ela foi bolsista de iniciação científica por um ano, depois fez estágio, pois queria ter experiência na área; todavia não gostou, pelo motivo de não ter vivenciado um estágio, mas foi vítima da contratação de mão-de-obra barata. Por isso, voltou para o PIBIC num outro grupo de pesquisa e se sente realizada:

Eu num fico só ali sentada no grupo pesquisando na internet e lendo e-mail, não. A professora me orienta, cê tem que tá lendo, porque cê vai pra campo tem que ter uma leitura, pra você compreender aquilo que se passa lá. Então tenho muita leitura, a gente faz pesquisa, tá sempre montando programas, e vai discutindo, tem muita reunião. Te confesso que às vezes isso me sufoca um pouco, porque tem a faculdade, né, cê tem que ter tempo pra disponibilizar, mas eu gosto muito de pesquisar (Ana).

No âmbito da formação, ela considera que a bolsa está sendo excelente para seu aprendizado, especialmente o embasamento teórico. Sob sua ótica, Ana expôs a diferenciação entre aluna-bolsista e aluna-pesquisadora:

[...] como aluna-trabalhadora eu não gostei; então como bolsista, você aprende, você entende, você vê. Você tem uma pessoa ali te orientando, sabe, te instruindo, te ensinando. Agora quando fui trabalhadora, era sozinha, por mim mesmo. Tô amando ser aluna-pesquisadora, porque isso me fez crescer muito, sabe, em questão de entendimento de texto, de aprender, de estudar, de me disciplinar (Ana).

Há um ano e meio, Francisco – 22 anos, filiado à UJS e membro do CA – é bolsista do Projeto Conexões de Saberes. Conforme o entrevistado, a participação nesse Projeto mudou bastante sua concepção de realidade:

A convivência com mais colegas da mesma origem social que eu, a partilha de conhecimento, de dificuldades já enfrentadas, assim, tudo é muito válido. Eu comecei a entender mais meu papel de estudante, de cidadão. Porque a gente tem, no projeto, muita formação política, além de várias palestras sobre acesso e permanência, ações afirmativas, gênero, juventude. [...] Bom, o objetivo é mesmo o protagonismo estudantil (Francisco).

Na relação com a graduação, ser bolsista colabora pelas várias leituras feitas para o desenvolvimento das atividades no Projeto, a necessidade de se disciplinar e, o que mais Francisco ressalta, o entendimento de cidadania.

Particularidades das atividades de bolsista a parte, o perfil geral dos jovens entrevistados é muito parecido. Crêem em Deus, mas dois deles não são adeptos à igreja. Não têm renda familiar favorável ao sustento deles, e se não fosse à assistência ao estudante administrada pela PROVIVAS nenhum faria seu curso na UFMT (Cuiabá).

O FONAPRACE (1997) comprovou que nas universidades onde há programas de assistência e acompanhamento do rendimento acadêmico do alunado existe um equilíbrio na média desses assistidos com os universitários de camadas médias e altas. Por isso, investir na melhoria das condições de permanência dos estudantes das camadas populares é preciso.

Diante da realidade estudada, revelou-se que os jovens moradores da CEU compreendem a importância da assistência estudantil, mesmo por que são alvo dela e sem a qual não poderiam permanecer no Ensino Superior em uma cidade distinta da de sua família. Contudo reclamam da precarização dessas ações assistenciais e da falta de recursos para melhor geri-las: um dos motivos para os estudantes engajarem-se em organizações estudantis. Por isso, a assistência estudantil é entendida como resultado das pressões da demanda emergente, ou seja, da manifestação estudantil constituída de sujeitos portadores dos direitos sociais.

Quanto às bolsas oferecidas na UFMT, permitem uma maior jornada do estudante dentro da universidade, participação em mais eventos acadêmicos e amplia o contato com pessoas de vários segmentos profissionais e sociais. Dessa maneira, esses jovens obtêm mais conhecimento, permitindo-lhes disciplina, ciência e criticidade.

Os quatro entrevistados relataram que começaram o engajamento na luta pelos direitos sociais, depois de se tornarem universitário-bolsistas. O Conexões de Saberes

tem a finalidade mesmo de contribuir para emancipação juvenil, causa inclusive exposta por Francisco ao dizer que, a partir da bolsa nesse Projeto, conseguiu compreender a realidade em que vive e colocou-se como um novo cidadão: “... sei que cidadania vai além do meu voto. Eu tenho direitos. Se eles num são garantidos a mim, preciso ‘correr atrás’ para poder ter acesso, então.” Para resultado positivo, vê-se que a bolsa tem ajudado o sujeito a se pensar e englobar socialmente.

As bolsas do PIBIC, segundo os entrevistados, colaboram principalmente no quesito acadêmico, uma vez que o intuito do Programa é de formar pesquisadores ainda na graduação. Portanto, Ana e Elias disseram da grande importância do PIBIC no currículo, pois tendo a intenção de trilharem carreira acadêmica, a Iniciação Científica é bastante relevante para o hábito da disciplina, elaboração e execução de projetos de pesquisa.

Ana, Elias, João e Francisco. Eles integram os 34,18 milhões de jovens da população brasileira (IBGE, 2002). Dessa juventude, cerca de 10% alcançam o Ensino Superior, seguindo a Taxa de Escolarização Bruta calculada pela UNESCO (2003). Considerando apenas as matrículas da Educação Superior Pública, esse valor reduz a menos da metade. Sabe-se ainda que o acesso às universidades públicas se dá, em sua maioria, pelas camadas médias: 56%, conforme o FONAPRACE (1997).

Sendo assim, os quatro sujeitos da pesquisa são o retrato da maioria da população do país – camadas subalternas –, que dentro da universidade são uma parcela mínima, da minoria das pessoas que ingressam no Ensino Superior público. Garantir a permanência dessas pessoas de condição social desfavorável é uma obrigação do Estado, uma vez que acesso e permanência na Educação são direitos sociais regulamentados.

A importância de existir ações – tais como as bolsas, os auxílios, a moradia estudantil, o restaurante universitário – para o apoio ao estudante no período de graduação, e também demais níveis de estudo, é inquestionável e inegável. É preciso haver a aprovação de uma Política de Assistência Estudantil nacionalmente, luta do FONAPRACE, para que as IES recebam verbas para a assistência e todos os cidadãos brasileiros tenham a oportunidade de se qualificar, tanto profissional, quanto política e pessoalmente.

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, H. M.; BRANCO, P. P. M. (org). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* – 1a. ed – São Paulo: Perseu Abramo, 2005

BACKX, S. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. (org) *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica do serviço social; v. 2)

BRASIL. Constituição Federal

Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais). *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório Final. Novembro de 2005*

MORGADO, M. A., MOTTA, M. F. V. (org.) *Juventude de Classe Média e Educação – cenários, cenas e sinais*. Brasília: Líber Livros, 2006

MORGADO, M. A.; SANCHES, M. U. C.; OLIVEIRA, M. R. A. (org.). *Realidades juvenis em Mato Grosso: escola, socialização e trabalho*. Cuiabá: EdUFMT, 2007

OLIVEIRA, D.A. A educação para além do capital. <http://www.scielo.br>. Acesso em: 05 set. 2006

RELATÓRIO FINAL: Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Ibase (instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas); Polis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), 2005

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. – 22a. ed. – São Paulo: Cortez, 2002

Referências Virtuais:

ALVES, J. M. A Assistência Estudantil no Âmbito da política de Educação Superior Pública. <http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em: 05 set. 2006

CONEXÕES DE SABERES. <http://portal.mec.gov.br/secad>. Acesso em: 03 jul. 2007

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/index.html>. Acesso em: 30 ago. 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. <http://www.ufmt.br>. Acesso em: 07 ago. 2006
